



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Democracia, Participação e Movimentos Sociais

Movimentos sociais e políticas públicas no Brasil: reflexões à luz das Diretrizes Curriculares de 1996

Michelly Ferreira Monteiro Elias¹

Resumo: Este texto reflete sobre a atuação dos movimentos sociais enquanto sujeitos das políticas públicas no Brasil, apontando elementos acerca da relação entre lutas de classes, movimentos sociais e direitos, à luz da concepção prevista no atual projeto de formação profissional em Serviço Social. Para isso, aborda o contexto das lutas de classes das décadas de 1970 e 1980 e situa a atuação dos movimentos sociais enquanto sujeitos das políticas públicas entre os anos de 2003 e 2016 no país. Nesse percurso, demonstra-se como que através de suas ações de reivindicações e mobilizações, esses movimentos adquiriram uma dimensão política que envolve a disputa do papel do Estado no âmbito das lutas de classes por meio das políticas públicas.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Políticas públicas. Realidade brasileira. Formação profissional.

Social movements and public policies in Brazil: reflections in the light of the Curricular Guidelines of 1996

Abstract: This text reflects about the performance of social movements as subjects of public policies in Brazil, indicating elements about relation between class struggles, social movements and rights, in the light of the conception provided in the current project of professional formation in Social Work. For that, it approaches the context of class struggles in the 1970s and 1980s and situates the performance of social movements as subjects of public policies between 2003 and 2016 in the country. Along the way, it is demonstrated as that through their actions of demands and mobilizations, these movements acquired a political dimension that involves the dispute over the role of the State in the context of class struggles through public policies.

Keywords: Social movements. Public policies. Brazilian reality. Professional training.

1 INTRODUÇÃO

Este texto visa refletir sobre a atuação dos movimentos sociais enquanto sujeitos das políticas públicas no Brasil, apontando elementos acerca da relação entre lutas de classes, movimentos sociais e direitos, tendo como referência sócio histórica as especificidades da realidade brasileira.

Essa reflexão se dá nos marcos do conteúdo que está previsto no atual projeto de formação profissional em Serviço Social e nos seus princípios orientadores consolidados nas Diretrizes Curriculares construídas e aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em conjunto com a

¹ Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: michellyelias@gmail.com/michellyelias@unb.br.

categoria profissional em 1996, as quais são uma síntese fundamental do atual projeto de formação profissional.

Nessa concepção e conforme consta no documento “Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999”, a temática dos movimentos sociais está vinculada ao tópico de estudo “classes e movimentos sociais”, devendo contribuir por meio desse enfoque com o conhecimento dos “diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social” (ABEPSS, 1999, p. 4). Vinculado a isso, a estrutura curricular sistematizada nas Diretrizes compreende os movimentos sociais enquanto fenômeno indissociável da constituição e das múltiplas expressões da “questão social”, concebida enquanto “eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (ABEPSS, 1999, p. 4), sendo que “a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, em especial, pelo Estado”. (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Nesse sentido, ao se reconhecer que as lutas da classe trabalhadora e demais segmentos dominados se constituem em um aspecto fundamental da “questão social”, ou seja, que “decifrar a questão social é também demonstrar as particulares formas de luta e de resistência acionadas pelos indivíduos sociais frente à questão social” (MARRO et. al., 2021, p.265) aponta-se a importância de estudos e debates que tratam dessa temática, considerando principalmente o contexto da realidade brasileira.

Partindo dessas referências e ao se compreender os movimentos sociais, como “modos de contestação contra as diferentes formas de exploração e dominação que emergem no capitalismo contemporâneo [...]” (GALVÃO, 2012, p. 256), aponta-se duas dimensões que são importantes de serem aprofundadas ao se conceber os movimentos sociais sob a ótica das Diretrizes Curriculares. A primeira, a de entender como que os movimentos sociais se relacionam com a dinâmica das lutas de classes que são características da sociedade burguesa, e a segunda a de situar como os movimentos sociais atuam no âmbito da luta por direitos enquanto sujeitos das políticas públicas.

Com esta intenção e considerando as especificidades da realidade brasileira, este texto aborda o contexto histórico das décadas de 1970 e 1980, período a partir do qual os movimentos sociais adquiriram significativa importância no âmbito das lutas de classes no país. Posteriormente situa as atuações dos principais movimentos sociais

enquanto sujeitos das políticas públicas entre os anos de 2003 e 2016, considerando que este período teve avanços em relação à regulamentação dos direitos de cidadania, apesar da continuidade da hegemonia neoliberal, entendida enquanto fase atual de acumulação do capital que está baseada “na financeirização, em um novo papel econômico do Estado e na integração mais próxima da indústria e do setor financeiro [...] ao capital transnacional” (SAAD FILHO e MORAIS, 2018, p. 117)

2. LUTAS DE CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980 NO BRASIL

Durante a ditadura empresarial-militar de 1964 a 1985, que consolidou a ordem monopólica no Brasil, as lutas da classe trabalhadora tiveram que lidar com um difícil contexto marcado pela violência estatal e pela ofensiva ideológica baseada no mito do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que a maioria população se encontrava em condições de vida cada vez mais precárias.

Desta maneira, a ditadura desde o seu início cumpriu um papel de dificultar, para além dos desafios historicamente colocados, as lutas e a organização da classe trabalhadora brasileira e demais segmentos populares.

Contudo, o que ocorreu a partir da segunda metade da década de 1970 foi que o contexto de crise econômica manifestado principalmente através do esgotamento do “milagre brasileiro”², de intensificação da *superexploração* sobre os (as) trabalhadores (as) e de violência por parte do regime ditatorial, acabou fomentando uma “repolitização” da classe trabalhadora, conforme afirma Ianni (1981). Processo que resultou na expansão de suas formas de luta, com o protagonismo dos segmentos de trabalhadores (as) e estudantes dos maiores centros urbanos do país, em defesa dos direitos sociais, trabalhistas e pelas liberdades democráticas.

Isso demonstrava que as contradições estabelecidas durante a ditadura, em essência uma “ditadura do grande capital”, acabaram externando os moldes do

2 Tendo a *superexploração* da maioria da classe trabalhadora como pilar de sustentação desse processo denominado de “milagre brasileiro”, Santos (1994) afirma que esse modelo econômico teve como principais características a ampliação do complexo industrial de origem nacional e internacional instalado no país (embora concentrado na região sudeste e principalmente no estado de São Paulo); a realização de medidas incentivadoras da acumulação financeira por parte do Estado; o aumento do consumo estatal (civil e militar) e da arrecadação fiscal; o desenvolvimento de uma política agrária e de colonização visando a modernização da produção agrícola; e o aumento do salário e do crédito da classe média como forma de promover o aumento do consumo nacional. Junto a isso, se desenvolveu uma política externa baseada em remessas de lucros e pagamento de “royalties” ao capital internacional, associada ao aumento da dívida externa e das importações de matéria-prima e maquinário necessários a expansão da industrialização incentivada pelo Estado.

capitalismo e da dominação burguesa no país, assim como, a lógica de *superexploração* da força de trabalho. O que provocou naquelas condições históricas uma dinâmica de retomada das lutas da classe trabalhadora e demais segmentos populares que diante da dura realidade vivenciada na época e dos embates estabelecidos com as classes dominantes e o Estado, adquiriu “uma compreensão política bastante clara e ampla, tanto dos seus problemas como dos problemas da sociedade” (IANNI, 1981, p. 214).

Nesse sentido, com a crise econômica estabelecida a partir de 1974 que penalizou ainda mais os (as) trabalhadores (as), se ampliou a revolta contra a política salarial efetivada desde o início da década de 1970. E mesmo com a permanência da repressão se multiplicaram manifestações como greves, paradas, freagens nos locais de trabalho e organização de comitês de fábrica. Foram diversas as formas de resistência construídas naquele período na luta por condições dignas de vida e trabalho, onde via-se que a classe trabalhadora que havia se ampliado e se diversificado durante a ditadura devido ao desenvolvimento econômico proporcionado pelo “milagre brasileiro”, também passava a realizar ações de luta e resistência.

Nas fábricas e bairros, nas fazendas e latifúndios, nos sindicatos rurais e urbanos, em todos os lugares os operários urbanos, os operários rurais e os camponeses, sozinhos e associados, entre si e com setores de outras classes sociais, avançam na discussão, organização e luta pelas liberdades democráticas. Em todos os lugares crescem a luta, a conscientização, a organização de operários e camponeses, sob todas as suas formas (IANNI, 1981, p. 224).

Considerando a amplitude que essas lutas adquiriram na segunda metade da década de 1970, envolvendo setores como a arte, a cultura, escolas, universidades, grupos progressistas da Igreja católica e a intelectualidade de uma forma geral, o movimento de contestação à ditadura adquiriu ampla incidência na sociedade. De maneira que o contexto estabelecido a partir de 1974 demonstrava que o modelo de desenvolvimento econômico consolidado pela ditadura havia constituído uma “nova classe operária”, indicando que havia sido durante os anos mais duros do regime ditatorial o período que a classe trabalhadora mais havia se desenvolvido politicamente.

O processo de lutas que expressou a formação dessa “nova classe operária” se iniciou diante da necessidade da classe trabalhadora enfrentar a atuação do Estado que aprofundava a sua condição de *superexploração* por meio da política de arrocho salarial. Uma vez que este era o principal mecanismo de sustentação do modelo de

desenvolvimento do “milagre brasileiro” e o principal meio para o enfrentamento da crise econômica iniciada em 1974.

Em 1973³ ocorreram várias greves por iniciativa de trabalhadores (as) de indústrias de pequeno e médio porte, e se expandiram ações como recusa à realização de horas extras nos locais de trabalho, paralisações temporárias em minutos e horas de trabalho e diminuição do ritmo de trabalho como forma de atingir a produtividade da indústria. Além da realização de greves de fome, por locais de trabalho e da ampliação do movimento grevista para diferentes categorias.

Essas lutas demonstravam a capacidade da classe trabalhadora estabelecer formas próprias de organização; possibilitaram o início da formação de novas lideranças sindicais; foram conduzidas para além da atuação dos sindicatos oficiais e mostraram para o regime ditatorial que a classe trabalhadora estava disposta a combatê-lo, indicando o início de um novo contexto das lutas de classes no país (SEGOVIA, 1990).

Por outro lado, essas lutas também apresentavam limites, como: fragilidade organizativa das ações de resistência que se davam de forma isolada; baixo nível de consciência e educação política da maioria dos segmentos; debilidades políticas e práticas da esquerda revolucionária que desde 1968 buscava fugir do aniquilamento; influência da ideologia cristã nas bases que contribuía para a despolitização dos conflitos de classe e ausência de um partido político em condições de dirigir e orientar a atuação da vanguarda revolucionária (PEDROSO, 1990).

Porém, o fundamental diante do contexto da época era que a etapa que se abria se colocava como favorável às lutas da classe trabalhadora, uma vez que existiam “condições objetivas e conjunturais pressionando no sentido de elevar o estado de ânimo dos operários para lutar em defesa de seus interesses” (PEDROSO, 1990, p. 139-140). Fato que se confirmou com as greves e mobilizações ocorridas em 1978 e 1979, em que o movimento sindical do ABC paulista – região Metropolitana de São Paulo que incluía na época as cidades de Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C) e que já era um dos principais polos industriais do país – adquiriu um significativo protagonismo político.

3 “Levantamento de meados dos anos de 1970, davam conta de cerca de duas dezenas de movimentos como greves e operações-tartaruga em diversas empresas nos anos de 1973 e 1974” (BADARÓ, 2009, p. 113).

Diante desse avanço do nível das ações de “resistência” para o nível das “ações mais generalizantes” o movimento sindical passou a incidir na dinâmica das lutas de classes, em que se destacou, por exemplo, a formação do que se denominou de *novo sindicalismo*, caracterizado pela defesa da ruptura com a estrutura sindical do Estado e da priorização de ações sindicais que proporcionassem a mobilização e a conscientização dos (as) trabalhadores (as). Perspectiva que a partir da formação da “nova classe operária” significou a composição de um movimento sindical baseado na retomada das ações grevistas; na expansão do sindicalismo para diferentes segmentos da classe trabalhadora, como os de setor de serviços e dos assalariados médios; na organização dos (as) trabalhadores (as) em grandes fábricas; no incentivo à ampliação da sindicalização das bases; na fundação de novas centrais sindicais; na construção de lutas conjuntas com o sindicalismo rural e com os movimentos sociais (ANTUNES, 1995).

Desta maneira, houve no final da década de 1970 a expansão de lutas que possuíam reivindicações voltadas principalmente para a garantia dos direitos sociais, pela reformulação e ampliação de serviços e políticas públicas, realização de reformas sociais, retomada do regime democrático, efetivação do direito da participação política, pela igualdade étnico-racial e de gênero, liberdade sexual e dentre outras. Processo que proporcionou a formação de movimentos como os de luta por moradia, de luta pela terra como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela saúde pública, pela liberdade sexual, e fortaleceu movimentos como o estudantil, o ambientalista, o feminista, assim como, o movimento negro que havia se formado desde o final do século XIX.

Considerando o contexto de acirramento das lutas de classes do final da década de 1970, embora esses movimentos não fossem exclusivamente formados por segmentos da classe trabalhadora, o conjunto das suas reivindicações e demandas possuía um caráter que tensionava o sistema de exploração e dominação que tinha se efetivado durante a ditadura. Isso se deu principalmente pelo fato de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a consolidação da ordem monopólica durante a ditadura havia ocorrido sem a realização de reformas sociais – como a reforma agrária e urbana – e a efetivação e ampliação de direitos sociais, políticos e identitários que beneficiavam a classe trabalhadora e a maioria da população brasileira.

Por isso, ao reivindicarem questões acerca da igualdade de gênero, étnico-racial, por liberdade sexual, direitos de cidadania, direitos democráticos e reformas sociais, em um contexto de acirramento de contradições determinadas pela consolidação do capitalismo monopolista no país sob o regime ditatorial, os movimentos sociais explicitaram que as contradições geradas pela lógica de acumulação do capital e o seu modelo de dominação engendrado nos marcos da formação social brasileira, alcançavam o conjunto da vida social e diversos segmentos da população juntamente com a classe trabalhadora. Realidade que fez com que as lutas se expandissem nesse período, também por meio da atuação desses movimentos.

Nesta perspectiva, destacamos o importante papel que esses movimentos passaram a ter no âmbito das lutas de classes a partir desse período, seja por organizar e mobilizar diversos segmentos que enfrentavam situações de desigualdade e opressão, seja pelo fato de que no capitalismo brasileiro as lutas por direitos e reformas, principalmente quando associadas a formas autônomas de luta e organização, foram adquirindo um caráter popular e fortemente contestador⁴ do modelo de dominação estabelecido, fazendo com que se tornassem parte importante da dinâmica das lutas de classes que envolve, dentre suas múltiplas dimensões, as disputas em torno o papel do Estado e das políticas públicas frente a isso.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO BRASILEIRO DE 2003 A 2016

O modelo neoliberal estabelecido a partir de 1990 e em vigor até a atualidade resultou no acirramento da relação entre capital e trabalho, principalmente no que diz respeito à precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, uma vez que um dos principais efeitos do neoliberalismo foi a ampliação das formas de *superexploração* do trabalho através da flexibilização, da diminuição dos salários e do aumento permanente do desemprego.

4 Considerando as características fundamentais acerca da formação social brasileira e a forma como os direitos de cidadania e trabalhistas passaram a ser regulamentados e implantados pelo Estado desde a consolidação do capitalismo no país, destacamos como esse processo ocorreu mediando as lutas de classes de forma predominantemente paternalista, autoritária e fragmentada. O que ocasionou uma condição de cidadania restrita para a maioria da população brasileira, associada a formas autocráticas do Estado – principalmente por meio da repressão e da cooptação – em lidar com as lutas por direitos no país. É diante dessa particularidade que afirmamos que as lutas por direitos e reformas sociais que beneficiam a classe trabalhadora, principalmente quando associadas a formas autônomas de luta e organização, foram adquirindo um caráter contestador.

Associado a essa problemática, se estabeleceu um processo permanente de fragilização dos direitos regulamentados na Constituição de 1988 e de precarização das condições trabalho e emprego, em que o Estado teve um papel central para isso.

O Estado desempenhou um papel fundamental na transformação desses padrões de emprego por meio da compressão da demanda, das privatizações, das mudanças na política industrial e na política regulatória, da ampla subcontratação e do trabalho precários, das mudanças nas leis trabalhistas, da implementação negligente mesmo das novas leis e da repressão direta [...] (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 127).

No âmbito das lutas de classes, esses aspectos que ocasionaram profundas mudanças no mundo do trabalho levaram ao enfraquecimento do movimento sindical. Dentre as diversas expressões dessa situação, Antunes (2010) destaca que passou a existir um fosso entre os trabalhadores “estáveis” e os que se encontravam em condições trabalhistas precarizadas, gerando certa separação e diferenciação entre esses segmentos, e dificultando formas comuns de organização sindical entre eles. Com isso, a classe trabalhadora se tornou mais heterogênea, complexa e fragmentada, dificultando a sua construção e formação política e ideológica enquanto classe por meio das experiências de luta, de maneira que a sua capacidade de mobilização para a realização de greves (principal instrumento de luta do movimento sindical) diminuiu de forma significativa, devido principalmente às mudanças ocorridas na organização dos processos de trabalho (a exemplo da expansão da terceirização, do aumento da informalidade e da alta rotatividade da força de trabalho empregada) e à expansão de marcos legais que passaram a dificultá-las enormemente.

Apesar desse contexto de enfraquecimento acerca do movimento sindical e de correlações de forças desfavoráveis para as lutas da classe trabalhadora, parte dos movimentos sociais que haviam surgido e/ou se fortalecido no contexto das décadas de 1970 e 1980, permanecerem com suas lutas e reivindicações durante a década de 1990, e avançaram no caráter contestatório do modelo neoliberal. Nesse sentido, se destacou tanto no Brasil quanto na América Latina a atuação de movimentos sociais que lutavam em torno da defesa de recursos naturais como água, gás, terra e preservação das florestas.

No Brasil podemos citar como exemplo desses movimentos, a atuação do movimento indígena, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do movimento ambientalista.

Diante das contradições impostas pela lógica de acumulação neoliberal, que implicava na destituição de direitos historicamente conquistados e no avanço da exploração do trabalho, assim como dos recursos naturais, parte dos movimentos sociais perceberam diante das suas experiências de lutas que a maioria de suas reivindicações tinha pouca capacidade de pressão e incidência sob o Estado neoliberal. Esta constatação ocasionou a realização de diversas ações de resistência e contestadoras do modelo estabelecido⁵, enquanto mecanismos de mobilização de suas bases sociais e de pressão junto ao Estado brasileiro.

Desta maneira, através de suas demandas e reivindicações por serviços e políticas públicas; ampliação da democracia; em defesa dos recursos naturais e pelos direitos de cidadania; esses movimentos se mantiveram mobilizados, mesmo diante da ofensiva neoliberal. Além disso, conseguiram organizar diversos segmentos da sociedade (população negra, povos indígenas, mulheres, juventude da periferia, camponeses, pessoas desempregadas, população LGBTQIA+, dentre outros) que enfrentavam os desdobramentos mais perversos das desigualdades aprofundadas a partir da década de 1990.

Esse papel desempenhado pelos movimentos sociais acabou colocando para eles um conjunto de desafios, que segundo Houtart (2006) ultrapassou a dimensão específica dos movimentos em si, revelando-os enquanto parte do sujeito histórico contemporâneo que é portador da possibilidade histórica da transformação social e que enfrenta duas problemáticas principais diante disso:

Em primeiro lugar, ter a capacidade de uma crítica interna com o fim de institucionalizar as mudanças e assegurar uma referência permanente aos objetivos. Em segundo lugar, captar os desafios da globalização, que por sua vez são gerais e específicos ao campo de cada movimento: operário, camponês, de mulheres, populares, de povos nativos, de juventude, e em breve de todos que são vítimas do neoliberalismo globalizado (HOUTART, 2006, p. 425).

Ao se situar os movimentos sociais sob essa perspectiva no período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o Governo Federal entre os anos de 2003 e 2016, aponta-se que houve a formação de uma conjuntura política, econômica e social particular que envolveu o fortalecimento das políticas sociais, dos serviços públicos e

5 Tendo como exemplo as ocupações de latifúndios, prédios públicos, áreas urbanas, a realização de marchas, ações de denúncias contra empresas internacionais em relação à destruição do meio ambiente e a formação de articulações políticas como a Via Campesina, movimento internacional organizado desde 1993 que congrega movimentos e organizações camponesas de todo o mundo.

dos direitos de cidadania⁶, sem romper com a hegemonia neoliberal. De maneira que isso se deu mantendo a hegemonia do capital financeiro e estabelecendo uma política fiscal, cambial e de crédito que desenvolveu a economia interna, ao mesmo tempo em que ampliou as ações voltadas para os setores mais pauperizados da população (ALMEIDA, 2012).

Diante dessas contradições e considerando a permanência da hegemonia neoliberal, assim como as mudanças políticas e ideológicas recentes pelas quais o próprio PT havia passado no sentido de adquirir o caráter de um partido mais reformista, os governos de 2003 a 2016 acabaram ficando restritos a certo tipo de gerenciamento do neoliberalismo com “mudanças marginais” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 141).

Frente a essa complexa realidade que caracterizou o período de 2003 a 2016 no Brasil e tendo como referência que as lutas da classe trabalhadora e demais segmentos dominados se constituem em um aspecto fundamental da “questão social” que é intrínseca à sociedade burguesa, a problemática sobre a qual buscamos refletir diante disso é sobre como os movimentos sociais atuaram enquanto sujeitos das políticas públicas nessa conjuntura.

Estudos e pesquisas que temos realizado nesse sentido⁷, apontam que no período de 2003 a 2016, houve um total de 33 movimentos sociais que se destacaram em nível nacional por meio de suas atuações acerca dos direitos de cidadania, envolvendo 7 esferas de luta que dizem respeito aos movimentos camponeses, de luta

6 Nesse sentido, se destacaram a regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2003; a política de educação com a expansão do acesso ao ensino superior através do Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado em 2004 e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) criado em 2007; a política de habitação através da criação de programas sociais como o “Minha Casa Minha Vida” em 2009; a política de emprego e renda através da concessão de incentivos às empresas privadas para a criação de novos postos de trabalho e ao setor público através da ampliação dos concursos, juntamente com a criação da política permanente de reajuste do salário mínimo conforme os índices de inflação.

7 Os dados e informações apresentados a seguir vêm sendo sistematizados desde 2021 e estão sendo aprimorados durante a realização da pesquisa de pós-doutoramento que se intitula “Movimentos populares, políticas públicas e direitos de cidadania no Brasil entre 2003 e 2016”. Para identificação dos movimentos foi realizado o levantamento de dados em periódicos na plataforma Scielo (através das palavras-chaves “movimentos sociais”, “neoliberalismo”, “realidade brasileira”, “cidadania”, tendo como recorte temporal o período de 2003 a 2016) e em sites (revistas, demais periódicos acadêmicos, jornais, informativos)) que abordam o tema das lutas sociais e dos movimentos sociais no Brasil. Baseando-se nos critérios dos movimentos que possuíam abrangência nacional e os que foram mais citados nas fontes pesquisadas, os movimentos foram organizados em 7 esferas de atuação que envolvem as lutas pelos direitos de cidadania, conforme demonstrado no texto. Além disso, a pesquisa identificou os principais objetivos, demandas e reivindicações desses movimentos, tendo como principais fontes de dados bibliografias especializadas, sites e documentos que tratam dos movimentos sociais, sendo parte deles de autoria dos próprios movimentos pesquisados.

pela terra e pela preservação ambiental; movimentos urbanos de luta por moradia, transporte, acesso à cidade e aos seus equipamentos; movimentos em defesa da educação; movimentos em defesa da saúde; movimentos culturais; movimentos em defesa de populações atingidas pelos grandes empreendimentos de energia e mineração; movimentos pela igualdade racial, de gênero e pela diversidade sexual.

Em relação aos seus principais objetivos de luta, ressalta-se que a maioria dos movimentos associa os seus objetivos particulares que dizem respeito especificamente às demandas de acesso a direitos de cidadania do segmento social que ele organiza (mulheres, indígenas, pessoas negras, sem-teto, sem-terra, trabalhadores/as desempregados/as, populações atingidas, população LGBTQIA+, dentre outros), com objetivos mais amplos que envolvem principalmente a defesa da democracia, da justiça e igualdade social, da preservação do meio ambiente, dos direitos humanos e do caráter público e laico do Estado. Além disso, observa-se que seus respectivos objetivos estão associados às lutas pelo fim dos sistemas de poder e dominação (racismo, patriarcado, capitalismo, colonialismo, capacitismo, sistema heteronormativo) e em parte desses movimentos fica explícito a defesa de reformas sociais vinculadas a projetos societários alternativos ao capitalismo.

Dentre as suas principais demandas foram identificadas reivindicações acerca da ampliação de políticas públicas e sociais (saúde, educação, habitação, previdência, alimentação, agrária, transporte, igualdade de gênero e racial, trabalho digno); da preservação e da defesa dos recursos naturais (por terra, por outro modelo de mineração, por outro modelo energético, pelo meio ambiente); de pautas amplas (pela democracia, contra o imperialismo, contra o neoliberalismo, contra as privatizações, contra os tratados de livre comércio); pela valorização das identidades (combate à violência contra as mulheres e a população negra; combate às práticas racistas e sexistas; em defesa da diversidade sexual, afetiva e de gênero) e em defesa dos direitos humanos (pelo direito à memória, verdade e justiça das pessoas desaparecidas durante a ditadura de 1964 a 1985, pelo fim da violência policial exercida principalmente nas regiões periféricas dos grandes centros urbanos, por condições dignas de vida para a população em sistema carcerário, pelo fim do trabalho análogo à escravidão).

Essas reivindicações se publicizaram por meio da realização de ações como campanhas; marchas; mobilizações de rua; ocupações; plebiscitos; uso de novas tecnologias para comunicação com a sociedade; abaixo-assinados; festivais; feiras;

encontros; articulações políticas; publicação de cartas, notas e relatórios; ações diretas de denúncia. Com isso, os movimentos sociais⁸ buscaram através das suas respectivas formas de organização e mobilização, construir estratégias de pressão e negociação para a preposição de políticas públicas junto ao Estado.

Diante dessas constatações e buscando entendê-las a partir da ótica das contradições impostas pela dinâmica das lutas de classes, aponta-se que apesar dos dilemas impostos aos movimentos sociais em sua relação com o Estado durante os Governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o período de 2003 e 2016 se caracterizou pelo fortalecimento de reivindicações históricas dos principais movimentos sociais que vêm atuando enquanto uma importante forma de luta e resistência frente à ofensiva neoliberal. Contudo, o significado político-ideológico do ponto de vista mais estratégico – no sentido da disputa de projeto societário com a ordem do capital – que esse fato teve para o conjunto das lutas da classe trabalhadora é algo que ainda precisa ser melhor entendido e analisado sob o ponto de vista das contradições colocadas no período.

Outro aspecto importante a se considerar é que os movimentos sociais ao se manterem mobilizados e organizados durante todo o período da ofensiva neoliberal no Brasil, – mesmo diante das grandes dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical que afetam em diversas dimensões as lutas da classe trabalhadora – vêm se demonstrando como uma fundamental frente de luta pela defesa e ampliação dos direitos de cidadania que atendem não só aos interesses e necessidades dos segmentos que esses movimentos organizam, mas do conjunto das pessoas exploradas e dominadas na sociedade contemporânea, dentre os quais se encontra centralmente a classe trabalhadora em suas diferentes determinações e caracterizações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou refletir sobre a atuação dos movimentos sociais enquanto sujeitos das políticas públicas no Brasil, apontando elementos acerca da relação entre lutas de classes, movimentos sociais e direitos, considerando o contexto da realidade brasileira entre 2003 e 2016 e tendo como referência os princípios orientadores que

⁸ A partir das informações coletadas identificou-se que 57% dos movimentos encontrados no período de 2003 a 2016 tinham sido fundados ou no contexto entre os anos de 1970 e 1980, ou durante a década de 1990. Dado que demonstra uma constância no processo organizativo e de mobilização da maioria dos movimentos identificados, apesar das diferentes conjunturas existentes nesses períodos.

estão previstos nas atuais Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em relação ao estudo dos movimentos sociais.

Nesse sentido, os movimentos sociais são situados enquanto uma das diversas expressões das lutas sociais existentes contra as formas de exploração e dominação estabelecidas na sociedade burguesa, de maneira que as lutas sociais são concebidas enquanto parte dos fundamentos da “questão social” que se origina a partir da relação entre capital e trabalho no modo de produção capitalista.

Diante dessa concepção se considera o sentido do estudo dos movimentos sociais enquanto parte das lutas que “são constitutivas do nosso trabalho profissional e da materialização das diretrizes curriculares, o que pressupõe que os movimentos sociais não podem ser apêndices na formação profissional, mas são parte estruturante na vinculação com as áreas de fundamentação” (MARRO, et. al, 2021, p. 269) que compreendem os núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira; e fundamentos do trabalho profissional.

Desta maneira, o percurso realizado teve a intenção de contribuir com o debate acerca do papel dos movimentos sociais enquanto sujeitos das políticas públicas, entendendo que este é um dos eixos de análise que explicitam como que os movimentos sociais se relacionam com a formação profissional em Serviço Social.

Aponta-se nesse sentido que através de suas ações de reivindicações e mobilizações, apresentando demandas que possuem um caráter de questionamento da atuação do Estado no âmbito das políticas públicas, – seja em relação ao tipo de políticas que esse Estado prioriza e a quais segmentos ele beneficia com isso, para quais políticas destina a maior parte do seu orçamento e quais políticas precariza ou extingue – esses movimentos adquirem uma dimensão política que envolve a disputa do papel do Estado na sociedade, ou seja, que envolve a disputa em relação à forma como o Estado – que possui uma natureza de classe – organiza o sistema social, mediando a dinâmica das lutas de classes em curso através da políticas públicas.

Nesse sentido, entender as contradições que permeiam as possibilidades e os limites dos movimentos sociais enquanto sujeitos de políticas públicas, principalmente em países de capitalismo dependente como o Brasil, é fundamental para que o Serviço Social também compreenda do ponto de vista crítico as condições objetivas que estão

colocadas para a sua atuação profissional – que se dá principalmente por meio dessas políticas sob as quais os movimentos sociais atuam – em um determinado contexto.

REFERÊNCIAS

ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos:** cidadania e hegemonia no mundo moderno. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

ALMEIDA, Lucio Flávio Rodrigues de. Entre o nacional e neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.112, p. 689-710, out./dez. 2012.

ANTUNES, Ricardo. O novo sindicalismo no Brasil. 2.ed. Campinas-SP: Pontes, 1995. _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999**. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf. Acesso em: 13 mar. 2022.

BADARÓ, Marcelo. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. In: GALVÃO, et. al. (Orgs.). **Capitalismo:** crises e resistências. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: BORON, Atílio. et. al. (Orgs.). **A teoria marxista hoje:** problemas e perspectivas. 1.ed. CLACSO, 2006.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, Ano 2, n. 3, p 9 – 32, jan./jun. 2001.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Orgs.). **Ruy Mauro Marini:** Vida e Obra. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARRO Katia et. al. Questão social e lutas sociais nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, Ano 21, n. 42, p. 261-276, jul./dez. 2021.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala:** quilombos, insurreições, guerrilhas. 6.ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

PEDROSO, Edgar. A recuperação do movimento operário: possibilidades e limitações. *In*: FREDERICO, Celso. (Org.). **A esquerda e o movimento operário 1964-1984: a crise do “milagre brasileiro”**. Volume 2. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

SANTOS, Theotonio dos. **Evolução histórica do Brasil**: da colônia à crise da Nova República. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: neoliberalismo *versus* democracia. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SEGOVIA, Samuel. As lutas operárias em 1973 e 1974. *In*: FREDERICO, Celso. (Org.). **A esquerda e o movimento operário 1964-1984: a crise do “milagre brasileiro”**. Volume 2. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.